

**Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****CONTRARRAZÃO :**

ILMA. SR. PREGOEIR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ.

REF.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 – CBMPA

LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº.07.147.983/0001-32, estabelecida nesta cidade, com endereço na RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO, KM 03, BOX 05 ALTOS, Bairro: MANGUEIRAO, BELEM-PA, representada por seu sócio administrador que abaixo assina, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar as suas tempestivas CONTRARRAZÕES aos recursos administrativos opostos pelas empresas, pelos fundamentos abaixo destacados:

**I. DA REALIDADE DO CERTAME**

O CBMPA, por meio do Edital PREGÃO ELETRÔNICO 002/2022, pretende a aquisição de materiais de proteção individual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (PROTETOR SOLAR CORPO E ROSTO, PROTETOR SOLAR LABIAL, APITO, SACO ESTANQUE E ÓCULOS) E LOGÍSTICO (GARRAFÃO DE 05 L E 12 L, CAIXA TÉRMICA 70 L, CAPA IMPERMEÁVEL PARA HT, MACA, OMBRELONE, TENDA, LONA PARA TENDA E BASE PARA OMBRELONE).

A licitante recorrida Licitapremium Serviços e Comércio Ltda foi declarada vencedora do ITEM-12 APITO PROFISSIONAL

A empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 81.571.010/0001-89, mencionou que sua proposta foi recusada por decisão do pregoeiro devido não cumprimento do estabelecido pelos itens 3.4, 4.6.3, 6.6 e 7.2 do edital, bem como alegou que a LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIOS LTDA não poderia ser considerada habilitada, tendo em vista não cumprir o estabelecido pelo item 9.15.1 do edital, ou seja, não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido;

**II. MÉRITO**

A empresa requerida é uma empresa regular e apresenta participação adequada no certame, preparou sua documentação e proposta em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame. Por esta razão, foi considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora.

**CONTESTAÇÃO SOBRE CNAE**

A Empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA alegou que a empresa recorrida não cumpriu o item 9.15.1 do edital, ou seja, não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido:

Nos dizeres do recurso: "Ao ofertar proposta para apitos, equipamento de proteção individual, no seu CNAE deveria constar o código 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho - Entretanto, ao analisar seu Cadastro Nacional, a licitante não possui CNAE relacionado ao objeto pretendido".

O art. 22, §9º da Lei 8666/93, dispõe que a empresa comprove habilitação compatível com o objeto da licitação.

A CNAE é obrigatória a todas as pessoas jurídicas, mas não é elemento fixo, pois pode ser alterado nos diversos tipos de serviços durante a vida de uma empresa, pelo princípio da liberdade econômica.

A CNAE é uma classificação hierarquizada em cinco níveis – seções, divisões, grupos, classes e subclasses. O quinto nível, o de subclasses, corresponde ao detalhamento usado para a identificação econômica das unidades de produção, normalmente constituídas como pessoa jurídica ou profissionais autônomos, em cadastros e registros da Administração Pública, nas três esferas de governo.

A empresa recorrente mencionou o código 46.42-7-02, sendo que na NOTAS EXPLICATIVAS da Comissão Nacional de Classificação (site: [www.concla.ibge.gov.br](http://www.concla.ibge.gov.br)) define que esta subclasse compreende: - o comércio atacadista de roupas para segurança pessoal, inclusive acessórios; - o comércio atacadista de roupas para uso profissional, inclusive acessórios; - o comércio atacadista de fardamentos e uniformes.

O objetivo do PREGÃO ELETRÔNICO 002/2022, embora conste aquisição de MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, em primeiro lugar, não estipula compra de uniformes, em segundo, são itens comuns e que podem ser adquiridos no mercado normal (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos), sem exigência de licença específica da empresa.

Não cabe à Administração exigir que a empresa tenha um código CNAE específico, isso seria limitar, injustificadamente, o caráter competitivo da Licitação, e impor à Administração Pública um preço mais elevado, pois impediria disputa por preço, ferindo frontalmente os princípios da prevalência do Interesse Público e da Vantajosidade.

Importante mencionar que, a empresa recorrida apresenta CNAE do mesmo grupo (46.4 – comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar), e da mesma classe (46.42-7 – comércio atacadista de artigos de vestuário e acessórios) do CNAE argumentado pela empresa recorrente. Sendo que um dos CNAE da empresa recorrida é 46.42-7.01, o que abrange os objetos licitados.

Portanto, o argumento da recorrente não deve prosperar, pois a empresa recorrida apresentou CNAE compatível com o objeto da licitação.

**CONTESTAÇÃO SOBRE DIVERGÊNCIA NA PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA, alegou inconsistência na proposta comercial, na medida em que ROCKET e FOX-40 são fabricantes distintas, e a empresa recorrida cadastrou como sendo o mesmo produto.

Destaque-se que a divergência no cadastro do produto repercute em erro sanável, sendo um erro de digitação, pois ROCKET e FOX-40 são empresas existentes, que fabricam o mesmo produto e de qualidade semelhante.

O erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa ou validar o ato.

A divergência apontada pela empresa recorrente não é motivo para desclassificar a empresa recorrida, pois não havia intenção de ludibriar a Pregoeira, nem apresentar produto de qualidade duvidosa, ou lançar valor discrepante ao praticado no mercado.

Além do que, no TERMO DE REFERENCIA, item 6.3 determina que o contratado deverá disponibilizar catálogos,

folders e demais documentos de alguns itens, dentre ele o APITO PROFISSIONAL.

De forma que, a divergência entre o nome do fabricante/marca e o modelo do produto representa erro formal.

Portanto, o argumento da recorrente não deve prosperar, pois a divergência apontada representa vício sanável, sem causar prejuízo a Administração, e que não pode prejudicar a classificação da empresa recorrida.

No mais, para fins de argumentação e defesa da empresa recorrida, como bem já mencionado, a divergência no cadastro do produto repercute em erro sanável, pois é um erro de digitação no nome do fabricante/marca que não invalida a proposta da empresa recorrida.

Em resumo, as razões recursais da empresa recorrente expressa mais sua insatisfação em relação ao resultado da proposta vencedora da empresa recorrida, do que apontam irregularidade na condução do certame.

O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro "Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações", explica de forma clara: "Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito".

O TCU já manifestou entendimento de que o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O TCU também manifestou que: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências" (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Diante das alegações da recorrente, sobressai a percepção de que a proposta de preço da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA permanece como a mais vantajosa, não havendo justo motivo para desclassificá-la. Além de ser flagrante a economia em relação à proposta da segunda colocada e demais licitantes.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

### III. DA SOLICITAÇÃO

Em razão do julgamento exato que foi deferido por essa Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como indeferido os recursos apresentados.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento.

Belém-PA, 12 de maio de 2022.

LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

**Voltar**